

# TERRITORIALIDADES INTERSTICIAIS NO ESPAÇO-TEMPO DA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA

Interstitial territorialities in the space-time of the contemporary metropolis

Ulysses da Cunha Baggio<sup>i</sup>  
*Universidade Federal de Viçosa*

## Resumo

Este trabalho se propõe a uma análise da territorialidade na metrópole sob os imperativos da racionalidade capitalista e do mundo da mercadoria. Este percurso remete o pensamento às idéias de apropriação e de uso do espaço. Apresenta-se como um estudo de caso o bairro de Santa Tereza, localizado na Região Leste da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. A perspectiva que se abre sobre a cidade, e a metrópole, é a de uma geografia em movimento, que valoriza o lugar e suas possibilidades à vida humana.

**Palavras-chave:** territorialidade; apropriação; uso do espaço; lugar; bairro de Santa Tereza (Belo Horizonte, Minas Gerais).

## Abstract

This work aims at an analysis of the territoriality in the metropolis under the imperatives of the capitalist rationality and the world of the merchandise. This route sends the thought to the ideas of appropriation and use of the space. The quarter of Santa Tereza is presented as a case study, located in the East Side of the city of Belo Horizonte, Minas Gerais. The perspective which is open over the city and the metropolis is that of a geography in movement, which values the place and its possibilities concerning the human life.

**Keywords:** territoriality; appropriation; use of the space; place; quarter of Santa Tereza (Belo Horizonte, Minas Gerais).

## INTRODUÇÃO

O trabalho em tela busca uma reflexão acerca da territorialidade na perspectiva da apropriação social do espaço, com maior ênfase na contemporaneidade, em que se valoriza a expressão do espaço como um valor de uso e como instância de valorização simbólica. São considerados para a análise práticas e modos territoriais de vivência que sugerem permanências e resistências na metrópole, mais especificamente o caso do bairro de Santa Tereza, da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Considera-se, assim, que práticas político-territoriais insurgentes em face de certas condições indesejáveis à vida urbana emergem no universo mais amplo da produção ampliada e contraditória da cidade, sobretudo no âmbito duro de situações-limite à reprodução social estabelecidos pela imposição do valor de troca e do mundo da mercadoria. Embora esta imposição seja

relativa, não absoluta, ela responde por impactos negativos às condições existenciais das sociedades, e, dessa forma, suscita tensões e práxis socioespaciais de caráter reativo, como atestam movimentos de moradores e outras formas de luta urbanas.

Tal percurso remete-nos ao conflito permanente entre valor de troca e valor de uso, ou seja, entre a propriedade e a apropriação. Argumenta-se, neste sentido, que a apropriação social do espaço implica no uso habitual, pelo qual o espaço, na sua expressão local, se insere num circuito relacional mais imediato e próximo do usuário, tornando-se uma espécie de extensão do seu espaço residencial mais particular, que é a casa. O que vale dizer que a apropriação, tal qual a idéia de territorialidade, se inscreve no universo da moradia, relacionando-se, desse modo, com a ambiência socioespacial urbana. E por territorialidade convém entender uma

categoria relacional espaço-sociedade que “[...] corresponde ao conjunto das relações que permitem aos diversos grupos fazer valer seus interesses no espaço, tornado lugar de vida” (BAILLY; BEGUIN, 1998, p.16, tradução minha). Neste sentido, ela se traduz e se inscreve como um fenômeno existencial, uma experiência possível manifesta no tempo e no espaço. É por meio da territorialidade que um dado grupo social ou indivíduo adquire consciência do seu espaço de vida. Assim, “[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Cumprido esclarecer que a oposição crítica entre valor de troca e valor de uso é uma condição inseparável da mercadoria, portanto do próprio espaço, espaço aqui compreendido na perspectiva lefebvriana, isto é, espaço como uso do tempo, e para além de uma expressão mental, lógica, apresentada por Marx (1985) em “O Capital”, tal conflito, ao potencializar-se com o amplo desenvolvimento do mundo da mercadoria transmuta-se como um conflito efetivamente social, objetivando-se como um dado do mundo prático-sensível, em que pesem a evolução e os desdobramentos territoriais da crise atual, crise que se revela mais propriamente como crise do trabalho, que apresenta como uma de suas principais evidências a brutal financeirização da economia.

#### **APONTAMENTOS SOBRE USO E APROPRIAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO EM BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS**

Embora a cidade planejada de Belo Horizonte tenha nascido nos primeiros tempos da República, em consonância com a lógica do

Estado e portadora de uma racionalidade geométrica e positivista, propugnando uma perspectiva rumo ao novo e ao progresso - delineando um movimento de constituição quase que autofágico da cidade -, sustenta-se a idéia de que a capital mineira, nos limites e nas contradições de sua formação pretensamente moderna, forjou também pelos seus interstícios práticas de uso e apropriação do espaço que sugerem a transformação da cidade, a qual, pelos termos de Henri Lefebvre, sugeriria uma mutação da condição de produto para a de obra. Guardadas as devidas proporções em relação aos tempos atuais, tais práticas circunscrevem historicamente uma cultura de uso do espaço na capital mineira, que a dinâmica da industrialização/urbanização ainda não foi capaz de suplantando, embora estejam, em grande medida, desafiadas, constrangidas e redefinidas pelos vetores da modernidade e do moderno. Estas práticas, e os investimentos simbólicos de que são portadoras, compõem na tessitura mais ampla da cidade como os “resíduos teimosos” de que nos fala José de Souza Martins (1996). Eles sugerem resistência e permanência diante do capital e do mercado.

O plano urbanístico da cidade de Belo Horizonte sofreu, desde os seus primórdios, subversões diversas, expondo a assimetria e o conflito de duas racionalidades distintas, isto é, a racionalidade do plano (portadora do sentido do pragmático e do instrumental, que se inscreve no campo do determinado *a priori*) e a racionalidade social (que se situa no universo da necessidade e do indeterminado).

Um olhar mais cuidadoso pelos interstícios das grandes cidades, particularmente o caso em tela, nos revela historicamente variadas expressões

socioespaciais de resistência e permanência, como são os casos de certos bairros e vilas que, até certo ponto, têm conseguido relativamente se resguardar e resistir às forças de fragmentação e reestruturação da urbanização/metropolização. Nestes lugares ainda perduram sinergias significativas entre moradores e destes para com o lugar de vivência.

Nesse percurso de formação subvertida de Belo Horizonte, pode-se destacar o bairro de Santa Tereza, adrede a situação socioespacial que ali se constituiu. O caso em tela ganha relevo pelo fato dele comparecer no universo mais amplo da metrópole como um lugar relativamente diferenciado quanto ao uso e a apropriação social do espaço. Enquanto um “território diferencial” e diferenciado, sua unidade se consubstancia na convergência da extensão geográfica empírica - com seus habitantes e costumes - com uma territorialidade respectiva insinuante, revelando, assim, uma cartografia comunitária relativamente bem demarcada, própria.

A territorialidade do caso em destaque apresenta-se caracterizada por insinuantes relações topofílicas, bem como numa sensível presença e expressão do valor de uso na sua concreção espaço-temporal. Por estas especificidades este lugar sugere, genuinamente, a dimensão do espaço vivido, e não simplesmente um “espaço visto”, uma vez que expõe a ação e a exploração do indivíduo no lugar, ao mesmo passo que compreende interações coletivas, por ação de grupos, o que lhe confere um caráter de “espaço sociabilizado”. O trabalho de observação local ao longo de alguns anos e os diversos depoimentos de moradores expõe e

comprovam o sentimento de pertencimento ao lugar, em que os moradores o reconhecem como seu, conquanto revelem interações observáveis entre as formas físicas e as formas sociais, pelas quais se conforma o vínculo entre preservação e comunidade.

Embora o bairro ocupe atualmente uma área correspondente a 84,292 km<sup>2</sup>, delimitada ao norte pela Rua Pouso Alegre, ao sul e a leste pela Rua Conselheiro Rocha, e mais a oeste pela av. Flávio dos Santos e av. do Contorno, com uma população estimada (dados de 2000) em 12.122 habitantes<sup>1</sup> (entre eles, muitos moradores antigos, estudantes universitários, professores, artistas plásticos, músicos, ceramistas, poetas etc.<sup>2</sup>), Santa Tereza conformou-se como um bairro predominantemente residencial, projetando-se em Belo Horizonte por sua vida boêmia, carnavalesca e artística. Estas características marcam a sua vida cotidiana e, conferindo-lhe, desse modo, certa identidade. Elas fazem de Santa Tereza um lugar de atração e de “philia”, procurado constantemente por moradores de diversas partes de Belo Horizonte e de outras cidades - e mesmo do exterior. Esta condição se inscreve, assim, no universo do prazer, da festa, do encontro, portanto do uso - do tempo e do espaço. Eis o que lhe é proeminente, éter que o envolve e o singulariza. Ao longo dos tempos o bairro foi se tornando bastante conhecido por seus carnavais, blocos de rua e por sua significativa inserção no cenário cultural da cidade, tanto pela importante memória do Clube da Esquina, como também pela origem de bandas musicais que adquiriram projeção nacional e internacional, tais como Skank e a “pesada” Sepultura. Considere-se ainda neste universo a sua agradável configuração paisagística e

arquitetônica, ganhando certo destaque seu expressivo casario dos anos 20 e 30, ao lado de diversas opções de entretenimento e atividade cultural, como, por exemplo, as serestas, as feiras de artesanato, shows musicais (boa parte deles ocorrendo na praça Duque de Caxias) e a gastronomia variada (de botequins e restaurantes).

A memória do admirável “Clube da Esquina” é muito significativa na historicidade e na identificação do bairro. Tendo surgido no cunhal das ruas Divinópolis e Paraisópolis, ele se tornou o ponto de encontro de músicos mineiros que fizeram fama no Brasil e no exterior, como Milton Nascimento, Lô Borges, Márcio Borges, Beto Guedes, cuja produção musical já se tornou bastante conhecida, e que, indubitavelmente, representou uma importante vertente na música e na cultura brasileiras. (GARCIA, 2000). Na parede de um edifício desta esquina brilha a placa metálica que homenageia o admirável grupo, assim sintetizado por Murilo Antunes *apud* Borges (1996, s/p): “[...] *uma entidade imaginária, lúdica, composta por pessoas que tiveram como amálgama a música*”. Embora não tenha composto nenhuma música especial para Santa Tereza, o cantor e compositor Lô Borges - que nasceu e residiu por vários anos no bairro, e onde também residem, ainda hoje, os seus pais, na Rua Divinópolis - refere-se ao bairro como um lugar especial na sua vida, muito querido e presente em sua inspiração. Para ele, Santa Tereza é

[...] um dos melhores locais para se viver, exatamente por não ser um bairro de passagem das pessoas, que vêm para cá com o propósito de realmente vir! Todos aqui são amigos, todos se conhecem, se ajudam, se encontram nos bares e é um bairro bem

aconchegante, muito bonito, muito gostoso.<sup>5</sup>

Outro aspecto a se destacar no bairro é o fato dele ainda preservar relações estreitas de vizinhança, cada vez mais incomuns nas grandes cidades, em que pesem para isso o recrudescimento da violência, a atomização das relações sociais e da impessoalidade, aspectos que também se fazem sentir no bairro, porém não de modo a suprimir aquelas, que se mantém, ao menos por enquanto, viva e resistente aos vetores da modernidade e da metropolização.<sup>4</sup> Trata-se de um aspecto importante na sociabilidade do bairro, pelo qual seus moradores, freqüentadores e visitantes esporádicos o comparam a uma cidade de interior, dotado de relações de maior proximidade e intimidade. Este é um qualificativo que recorrentemente comparece nas narrativas sobre o lugar, seguramente um traço forte na sua espacialidade.

Estando o valor de uso e o uso sensivelmente constrangidos pela ampla difusão do mundo da mercadoria e do valor de troca, levando à formação de espaços marcados pelo totalitarismo do progresso e da modernidade, tendem, por isso mesmo, a se insinuar certas formas de vivência e práticas de resistência/insurgência do uso, que entabulam suas respectivas territorialidades nos lugares em que elas se dão, sobretudo na grande cidade. Com a intensificação das contradições, abrem-se certas possibilidades para práticas e ações de caráter insurgente (organizadas ou não) diante de determinadas situações indesejáveis, daí podendo resultar a gestação de práticas territoriais experimentais no espaço intra-urbano. Tais práticas<sup>5</sup>, não raro, envolvem virtualidades importantes, já ocorrendo nos mais variados lugares e

situações, no Brasil e no mundo. Elas podem estar referenciadas por tradições e permanências, com recriações, sugerindo, assim, delineamentos prospectivos, como é o caso de Santa Tereza. Cumpre esclarecer, pois, que não se trata aqui de nenhuma aceitação nostálgica do passado, com o peso da tradição, e tão pouco de uma crença num futuro como cenário da redenção dos problemas que nos afligem. Trata-se, mais propriamente, no reconhecimento do cotidiano enquanto uma instância privilegiada da imaginação, da criação e da inovação no tempo presente, o que implica o norteamento da análise pela lógica da atenção, de modo a apreender os sentidos e as virtualidades de práticas objetivadas no lugar.

Na cidade moderna capitalista figuram certos espaços representativos nos quais modos territoriais de vivência e sociabilidade se inscrevem, com padrões socioespaciais mais particularizados, lugares que conformariam no seu conjunto uma espécie de constelação topofílica, onde o uso concomitante do tempo e do espaço encontra maior sentido e expressão como valor de uso. É fundamental que se faça uma clara identificação desses lugares - uma espécie de mapeamento de expressões topofílicas -, inclusive para subsidiar melhor e mais adequadamente políticas públicas, haja vista a importância deles na vida da cidade.

Paralelamente, afirmam-se outros padrões socioespaciais na urbe mineira, que são amplamente caracterizados e marcados predominantemente pelo valor de troca, podendo-se mesmo qualificá-los como circunscrições territoriais da impessoalidade, ou ainda, como lugares "sem alma", áridos socialmente. Nesses lugares é possível constatar praças, calçadas e ruas que se

apresentam praticamente "mortas", embora, não raro, estes lugares sejam mais bem dotados de infra-estruturas e serviços.

Esclareça-se que a idéia de território aqui empregada se coloca para além da acepção que o qualifica como um construto essencialmente material e econômico, mas que o identifica também como um valor simbólico, à media que é valorizado por práticas historicamente empreendidas pelos sujeitos sociais e suas relações com o espaço vivido. Não pretendendo, em nenhuma hipótese, dicotomizar o econômico do político, e vice-versa, depreende-se que a valorização do espaço não é dada apenas pelo modo econômico *strito sensu*, mas essencialmente pelo político. É mais propriamente o modo político de valorização que circunscreve o universo relacional privilegiado no qual se engendram formas de apropriação voltadas ao uso do espaço, aí incluídas as ainda possíveis relações topofílicas.<sup>6</sup> Estas, por seu turno, sabida e explicitamente, experimentam constrangimentos diversos provocados pelo totalitarismo do mercado e da racionalidade capitalista, que em grande medida decorrem da própria dinâmica de valorização econômica do espaço e da conseqüente imposição espaço-temporal do valor de troca. Contudo, a dinâmica, a extensão e a profundidade deste movimento requerem cautela, mais especificamente quanto às generalizações atinentes aos efeitos dos seus impactos nos mais diversos lugares, e isso por mais vultosos que eles sejam - e o são, de fato, reconhece-se, sobretudo nesta fase mais recente de desenvolvimento da mundialização e da fortíssima propagação dos vetores econômicos proporcionada pelo aprimoramento dos recursos e do arcabouço científico-

tecnológicos.

Contudo, este movimento não é, ao menos por enquanto, completamente capaz de neutralizar e/ou suprimir outras esferas e dimensões da existência humana que não são econômicas ou, talvez, não estritamente econômicas. Pelos interstícios do mosaico socioespacial ainda respiram e se insinuam os resíduos, “teimosos”, resistentes aos tentáculos pretensamente homogeneizadores do capital, que se traduzem, entre outras formas, como tradições, práticas e modos de vida ainda não esboroados por seu extensivo e intensivo movimento territorial, como o revelam certas expressões de sociabilidade e mesmo de apego e gosto por determinados lugares da cidade, lugares que ainda permanecem como locais de encontro, de festa, de uso, que não apenas indicam certos limites às nefastas e vorazes influências do totalitarismo do mercado, como também de possíveis rupturas.

Evidencia-se, portanto, que a escala do lugar adquire grande relevância na análise empreendida, onde o drama socioespacial efetivamente se desenrola, permitindo, assim, uma maior visibilidade das dinâmicas e conflitos sociais nele enredados, ao mesmo tempo em que possibilita a verificação e a aferição das transformações morfológicas e suas decorrentes transformações das funções urbanas, como, aliás, os processos de reestruturação urbana indicam. Sendo o bairro a circunscrição espacial do habitar, ele se apresenta como a unidade territorial privilegiada para a identificação e a avaliação dos processos da vida urbana.

Muito se tem falado acerca de uma submersão qualitativa e progressiva das relações de sociabilidade na cidade e do

desapego dos cidadãos em relação ao seu espaço de vivência, sendo estes aspectos, entre outros, considerados manifestações e evidências da crise do trabalho que assola a cidade, também se consubstanciando como uma crise da própria cidade. A difusão do mundo da mercadoria e a proeminência do valor de troca no espaço compõem na base desta crise, imprimindo-lhe o seu sentido. Ela faz avançar a proliferação da alienação e da reificação socioespaciais. Neste sentido, estaria se delineando, a passos largos, diante dos imperativos do capital, uma espécie de naufrágio da vida nas cidades, com o recrudescimento do trabalho alienado e da produção de uma cidade, enquanto produto deste trabalho, igualmente alienada e alienante, percurso no qual o trabalho e seus resultados são subvertidos, tornando-se alheios ao espírito. Por esta lógica, as relações identitárias e afetivas com o espaço se reduziriam substancialmente, esboroando-se na esteira de uma tendência inexorável pela ação das forças do capital e do mercado, com seus “cacos” amalgamando-se sob a forma de fetiches.

Buscou-se nesse trabalho apontar e refletir sobre certos limites e descontinuidades a este movimento, os quais adquirem maior expressão e visibilidade à escala do lugar, o que nem sempre as teorias de maior abrangência do movimento da “realidade” conseguem devidamente captar, recaído-se, assim, em interpretações demasiadamente generalizantes quanto à cobertura efetiva de processos e acontecimentos. É necessário, pois, reconhecer a pertinência quanto à realização de esforços analíticos sobre o real que seja norteado pela lógica da atenção, aferindo-se melhor as situações dos lugares. Pode resultar

daí um posicionamento crítico quanto ao conteúdo e ao sentido das mesmas, e o que é tomado como supérfluo, ilusório, alienante pode esconder nas entrelinhas alguma luminosidade importante, flexibilizando e, até mesmo, desmentindo teorias e ideologias.

### SANTA TEREZA: O USO RESISTENTE DIANTE DE VETORES DA METROPOLIZAÇÃO

Santa Tereza, nesta perspectiva, revelou certa “tomada de consciência” diante da possibilidade de descaracterização do bairro anunciada pelas mudanças propostas na lei de uso e ocupação do solo, na esteira da elaboração do novo Plano Diretor da cidade em 1995. As medidas do Plano tornariam o bairro bastante vulnerável a empreendimentos imobiliários de maior monta, quando então já se podia verificar a expansão do uso comercial e da construção de edifícios para ocupação residencial multifamiliar nos seus domínios. Diante disso é que surgiu em 1996 uma das maiores (se não a maior) mobilizações dos moradores na defesa do bairro diante da voracidade dos capitais imobiliários, levando à formação em 1996 do movimento Salve Santa Tereza. E vale registrar que um dos eventos mais marcantes em torno desta mobilização diante da mudança de padrão de ocupação estabelecida pelo poder público municipal foi o ato público ocorrido em 21 de abril de 1996. Nesta ação seus participantes fizeram um “abraço simbólico” em torno da Praça Duque de Caxias, local em que normalmente ocorrem os principais eventos públicos do bairro, o que se tornou um símbolo da resistência local, com expressiva divulgação pela imprensa, ato público que explicitou para a cidade de Belo

Horizonte, sobretudo, os motivos desta luta e o seu sentido, expondo ainda a determinação de seus moradores quanto à importância da preservação de sua memória e do seu acervo arquitetônico e urbanístico. Desse modo, constituiu-se uma importante prática político-territorial no bairro, com um explícito caráter de resistência à mudança de padrão de ocupação estabelecida pelo poder municipal.

Este movimento e o ato simbólico em torno da Praça Duque de Caxias reverberaram sensivelmente junto ao poder público, resultando na aprovação do artigo 83 da Lei 7.166/96 (em 14/06/1996) pela Câmara dos Vereadores, pelo qual o bairro ficaria resguardado, levando o poder municipal a conferir-lhe a condição de ADE (Área de Diretrizes Especiais).<sup>7</sup> Entretanto, há que se atentar para o fato de que o bairro ao ter-se tornado uma ADE apresenta-se como alvo de interesses, portanto de pressão junto aos moradores por novos usos e/ou proprietários. Esta condição pode conformar um processo de “gentrificação”, isto é, da substituição progressiva de antigos moradores por empreendimentos e atores sociais de uma classe média mais abastada, não raro envolvendo negócios na arena da cultura. Acerca disso, a literatura sobre valorização do espaço, que atravessa a geografia econômica, fala de uma presença social “alternativa” que tem “certa cultura” e pode ser intermediária – no tempo da capitalização possível – de outros usos e moradores. David Ley nos fala de “[...] pioneiros que redefinem as características do bairro em que se instalam, e, juntamente com a especial atenção dedicada pela mídia e pelo setor imobiliário, preparam o terreno para uma posterior chegada dos membros da classe média abastada, [...] os possíveis pioneiros são excluídos pelos altos preços

*residenciais e, inclusive, o ambiente do bairro volta a mudar em relação àquele imposto pelos pioneiros.”* (LEY *apud* MARTINEZ i RIGOL, 2005, p.116).

Até quando a condição de resguardo e de certa preservação no/do bairro permanecerá não se sabe ao certo, sobretudo à luz dos fundamentos dessa economia, que assombra patrimônios e relações sociais de toda ordem. Paira seguramente uma forte ameaça à conservação e à preservação tanto do patrimônio arquitetônico-urbanístico como de modos territoriais de vivência historicamente constituídos neste lugar. Por outro lado, é bem verdade também que já se consolidou em torno dele uma cultura de resistência frente às forças que podem levar à sua efetiva descaracterização, e há várias entidades atuando nesta direção. A presença religiosa, artístico-cultural, universitária, entre outras, tem desempenhado um importante papel nesta questão. Há desse modo uma politização em torno do assunto que vai além dos limites do próprio bairro. A ADE, indubitavelmente, foi uma conquista importante, mas ela, por si só, não assegura integralmente a sua preservação. A situação futura do bairro estaria, assim, condicionada pela continuidade e mesmo pelo fortalecimento da luta dos seus moradores e adeptos na sua preservação bem como pela forma de ajustamento de Santa Tereza às dinâmicas de crescimento e transformação mais gerais da metrópole. O que sugere que o controle mais eficaz é aquele que se faz pelos cidadãos, o que pressupõe uma amplificação do espaço da política, sinalizando, assim, para a ampliação prática da democracia.

É importante registrar que este o movimento de Santa Tereza inspirou outras lutas na cidade, servindo como referência de

mobilização e ação. Esta práxis socioespacial demonstrou a importância da mobilização da comunidade em torno da consecução de políticas de desenvolvimento urbano, não apenas no sentido de estabelecer certos limites às ações do capital fundiário e do Estado, mas também ao sinalizar para a necessidade da participação da sociedade civil na discussão dos caminhos e estratégias que a população efetivamente deseja ver a Administração pública trilhar. O que coloca o município e a escala local como instâncias privilegiadas no tratamento mais eficaz de certos problemas urbanos.

Diante disso, pode-se dizer que esta práxis deita suas raízes em efetivas relações de afetividade com o lugar, pelo qual ele é valorizado, estando referenciado, portanto, mais propriamente pela cultura<sup>8</sup>, instância na qual se forjou a sua identidade e a sua insinuante territorialidade. E vale lembrar que melhorias e avanços acerca das condições de existência de um dado lugar têm muito maior chance e probabilidade de acontecer quando ele é valorizado simbolicamente.

Conquanto esta luta revele suas maiores motivações e fundamentos em sentimentos e laços de afetividade entre as pessoas e destas para com o lugar de moradia e vivência, indaga-se se isto não sugeriria uma condição oposta a uma reificação socioespacial, revelando-se assim como uma expressão de contra-negatividade e, neste sentido, de uma espacialidade não dominada, ou não plenamente dominada pela “coisificação” das relações sociais. E não seria demais dizer que a insurgência se constitui numa premissa básica da existência e da liberdade do homem.

Embora o querer dos moradores em

torno da questão do resguardo do bairro possa suscitar um processo de valorização econômica do seu espaço, não se identifica aqui uma relação direta desta possibilidade com uma possível descaracterização e degradação do lugar. É importante lembrar que a degradação pode se dar também na condição inversa, ou seja, por um possível imobilismo e descaso das pessoas diante de vetores de transformação das condições do meio, pelos interesses do capital fundiário. Vale lembrar que nesta economia (que se mostra como uma economia de exploração) a diferença opera como pressuposto para a inovação de que tanto o mercado necessita para se reproduzir e se desenvolver. Mas é preciso, pois, saber diferenciar quando a mercadoria é mediação relacional e quando ela é só um recurso, um instrumento na realização da relação social, embora sob o capitalismo essa mediação pela mercadoria tenha se tornado crescente, sobretudo por meio da publicidade ostensiva, do consumo dirigido, os quais criam valores e instauram uma cultura, portanto um modo de vida por ela demarcada.

Perguntou-se neste trabalho o que fez, e faz de Santa Tereza um lugar querido, ao gosto e ao afeto daqueles que o vivenciam. E embora este lugar esteja plenamente inserido no mundo da mercadoria e do valor de troca, a resposta se coloca para além dos limites desta condição, haja vista o fato desse lugar cumprir funções significativas à vida no próprio bairro e na cidade, funções simbólicas e prático-sensíveis ao plano da existência, o que faz dele um valor de uso e um lugar apropriação social, aspectos a compor a sua territorialidade.

## APROPRIAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E TERRITORIALIDADE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apropriação social do espaço e a formação da(s) territorialidade(s) na contemporaneidade encerram muitas indagações, dentre as quais a que envolve uma ambigüidade entre o real e a sua representação, sendo a própria noção de representação bastante polêmica, oscilando desde interpretações que a consideram uma ilusão, uma expressão descolada do real, até leituras que a tomam como parte integrante e formativa do próprio real, havendo ainda compreensões menos polarizadas que a situam num universo intermediário, ou seja, um misto de real e de sua figuração.

Enquanto uma práxis inscrita no social a apropriação e a formação da territorialidade, embora restringidas no curso do desenvolvimento da modernidade, encerra potencialidades que indagam sua dimensão e seu alcance nos tempos hodiernos, principalmente potencialidades inscritas nas práxis de caráter inventivo, que não devem ser confundidas com as práxis estritamente repetitivas (LEFEBVRE, 1958). Se, no âmbito do social engendram-se fronteiras e limites, estes limites não são automáticos e absolutos, uma vez que o social é, por excelência, o universo relacional e comunicacional no qual emergem proposições de novas possibilidades e ações.

Ao se admitir que a territorialidade se circunscreva no âmbito da representação, portanto do discurso e da narrativa, há que se considerar que elas estão referenciadas no e pelo real, uma vez que o imaginário social não resulta do nada. Contudo, vale aqui o alerta cautelar de Ítalo Calvino: “[...] *jamais se deve*

*confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles*" (CALVINO, 1995, p.59). O imaginário, por sua vez, emerge e se conforma no plano das realidades intersubjetivas. Neste sentido, pode-se falar que a territorialidade constitui uma expressão espacial intelectualmente construída a partir de referências da realidade. Ao integrar a esfera existencial, portanto da vida, a territorialidade enquanto representação não seria ela própria parte da realidade? O procedimento de apartá-la do real, ou tomá-la como uma espécie de "real distorcido" conotaria uma concepção científica (ou, talvez, científicista) de objetividade, que condena o investigador a um tratamento cognitivo do objeto de conhecimento que faz dele uma expressão vazia e destituída de subjetividade. Acerca disso, Eduardo Giannetti (1997, p.86) adverte para o fato de que

As coisas objetivamente consideradas podem ter peso, volume, estrutura atômica e tudo aquilo que os instrumentos científicos conseguirão medir. Mas a subjetividade humana é soberana em seus domínios e não cede as suas prerrogativas. [...] A luminosidade vivida não reflete a luminosidade medida. Ninguém, é verdade, enxerga no escuro. Mas a luz que de fato importa e a luminosidade das coisas vistas [...] dependem muito do estado mental de quem vê.

Portanto, a formação da territorialidade implica também a instância da representação, estando esta associada àquela. O sentimento de pertencimento, bem como o de compartilhamento a um dado lugar (ingredientes importantes na formação da territorialidade), como vimos no caso de Santa

Tereza, recobre fatores diversos, bem como são diversas as formas pelas quais eles se realizam. Mas é no plano da experiência socioespacial efetiva que eles são forjados.

#### NOTA

<sup>1</sup> Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo; Professor Adjunto da Universidade Federal de Viçosa.  
e-mail: [ulybaggio@ufv.br](mailto:ulybaggio@ufv.br)

<sup>1</sup> Esclareça-se que a estimativa se fez a partir de dados disponibilizados no Censo do IBGE de 1991 para os bairros de Santa Tereza e Floresta (respectivamente com 10.761 e 18.852 habitantes) para o ano 2000, quando então os dados não são apresentados *por bairro* nem pelo IBGE (que opera com setores censitários) e nem pela Prefeitura de Belo Horizonte (que trabalha com Unidades de Planejamento). Assim sendo, levantei os dados da Unidade de Planejamento Floresta/Santa Tereza de 2000 (que indica apenas a população de forma agregada, no caso de 33.357 habitantes) para fazer esta estimativa. Trabalhando-se os dados destes dois períodos (1991 e 2000), pode-se constatar, de forma aproximada, que a população de Santa Tereza e da Floresta em 2000 perfaziam, respectivamente, 12.122 e 21.235, muito embora não seja prudente e nem razoável afirmar que estes bairros tenham crescido na mesma proporção. Trata-se, portanto, de uma aproximação.

<sup>2</sup> Cumpre observar, acerca disso, que a literatura sobre valorização do espaço, que atravessa a geografia econômica, fala dessa presença social "alternativa" que tem "certa cultura" e pode ser intermediária - no tempo da capitalização possível - de outros usos e moradores. David Ley fala de "pioneiros que redefinem as características do bairro em que se instalam, e, juntamente com a especial atenção dedicada pela mídia e pelo setor imobiliário, preparam o terreno para uma posterior chegada dos membros da classe média abastada, (...) os possíveis pioneiros são excluídos pelos altos preços residenciais e, inclusive, o ambiente do bairro volta a mudar em relação àquele imposto pelos pioneiros." LEY, David. The new middle

class and the remaking of the central city. Oxford. University Press, Oxford, 1996, *apud* MARTINEZ i RIGOL, Sergi. "A gentrification: conceito e método". In: CARLOS, Ana Fani A. & CARRERAS, Carles. *Urbanização e Mundialização – estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 98-121, citação: p.116.

<sup>3</sup> Em entrevista ao Guia de Santa Tereza em 24/09/2004. Disponível em: <http://www.guiadesantatereza.com.br>. Acesso em: 11 de maio de 2005.

Cabe observar acerca do assunto que existe na geografia um intervalo de debate entre o que seria geografia cultural e uma nova geografia urbana, que leva isto em consideração, estabelecendo um diálogo entre o que é cultural e o que é do âmbito do econômico, com mútuas interferências.

Por essas práticas compreendo uma variedade de movimentos sociais que buscam o reconhecimento de direitos básicos bem como a modificação de condições indesejáveis e indignas de vida e reprodução social, podendo-se oferecer como exemplos o Movimento Zapatista no México, o Movimento dos Sem-Terra no Brasil, os Movimentos de Moradores (sobretudo os de caráter autogestionário) e práticas outras de resistência do trabalho ao capital.

<sup>4</sup> Saliente-se que existe na geografia um intervalo de debate entre o que seria geografia cultural e uma nova geografia urbana, que leva isto em consideração, estabelecendo um diálogo entre o que é cultural e o que é do âmbito do econômico, com mútuas interferências.

<sup>5</sup> Compreende-se que tais práticas recobrem movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento de direitos sociais básicos bem como a modificação de condições indesejáveis e indignas de vida e reprodução social, podendo-se oferecer como exemplos o Movimento Zapatista no México, o Movimento dos Sem-Terra no Brasil, os Movimentos de Moradores (sobretudo os de caráter autogestionário) e práticas outras de resistência do trabalho ao capital.

<sup>6</sup> O trabalho de campo empreendido no bairro de Santa Tereza revelou importantes

evidências nesse sentido, isto é, a ocorrência de laços afetivos com o lugar vivenciado (topofilia). O mesmo se pode dizer de um outro caso explorado na tese, mas não apresentado aqui, que é o Mercado Central de Belo Horizonte. Vale dizer que a pesquisa de campo teve um caráter essencialmente qualitativo.

<sup>7</sup> A ADE (Área de Diretrizes Especiais) é definida como uma área que, em função das características ambientais e da ocupação histórico-cultural, demanda a adoção de medidas especiais para proteger e manter o uso predominantemente residencial.

<sup>8</sup> Embora haja grande polêmica em torno do seu significado, não havendo consenso sobre ele, emprega-se aqui cultura no sentido que lhe atribui Hugues de Varine, isto é, como o "conjunto de soluções encontradas pelo homem e pelo grupo aos problemas que lhe são colocados por seu meio natural e social", (VARINE, 1976, p.15), pelas quais, acrescento, se forjam modos de vida e referências simbólicas e identitárias que os afirmam.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAILLY, Antoine; BEGUIN, Hubert. *Introduction à la Géographie Humaine*. Paris: Armand Colin Éditeur, 1998.
- BORGES, Márcio. *Os Sonhos não envelhecem: histórias do Clube da Esquina*. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GARCIA, Luiz Henrique A. *Coisas que ficaram muito tempo por dizer: o Clube da Esquina como formação cultural*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Minas Gerais, 2000. (Dissertação de Mestrado em História).
- GIANNETTI, Eduardo. *Auto-engano*. Companhia das Letras: São Paulo, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Critique de la vie quotidienne*. (vol.1). Paris: Éditions l'Arche, 1958.
- MARTINEZ i RIGOL, Sergi. "A gentrification: conceito e método". In: CARLOS, Ana Fani A.; CARRERAS, Carles. *Urbanização e Mundialização – estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 98-121.
- MARTINS, José de S. (org.). *Henri Lefebvre e o*

*retorno da dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. *O capital*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

VARINE, Hugues de. "La confusion culturelle". In: *La culture des autres*. Paris: Seuil, 1976. p.15-32.

---